

## GOIÁS E TOCANTINS NO CORREDOR DA GEOPOESIA: LITERATURA DE CAMPO QUILOMBOLA KALUNGA

### GOIÁS AND TOCANTINS IN THE GEOPOETIC CORRIDOR: QUILOMBOLA KALUNGA FIELD LITERATURE

**Augusto Rodrigues da Silva JUNIOR**

augustorodriguesdr@gmail.com

Professor Associado III de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília

Docente nos Programas de Pós-graduação em Literatura - POSLIT/UnB e em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas - PPGLA/UEA

Pós-doutorado em Literatura na USP e na UMinho

Mestrado e Graduação em Literatura pela Universidade Federal de Goiás

**Elizeth da Costa ALVES**

elizethcosta314@gmail.com

Professora de Português e Libras, no Instituto Federal do Tocantins (IFTO)

Mestra em Letras (PUC- Goiás)

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

**Larissa Cardoso BELTRÃO**

larissabeltrao87@gmail.com

Professora da educação básica na Secretaria de Educação de Goiás e do Tocantins

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB)

Agente regional da CRE de Campos Belos – Goiás na PNEERQ

**Alex Canuto de MELO**

sabiadocordel@gmail.com

Professor de educação básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal

Graduação em Letras – Português pela Universidade de Brasília, UnB

Mestrando em Literatura, Universidade de Brasília, UnB

Filiado ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal

## RESUMO

Neste trabalho nos propomos a fazer uma apreciação da literatura de campo norte-centroestina na perspectiva da Geopoesia. Enquanto arte popular e teoria do literário, movimentamos performances culturais, realizadas em processos rituais de festividades religiosas, encontros de cultura e acadêmicos. Dialogando com o saber e o fazer tradicional, partimos das práticas corporais e vocais do corredor da geopoesia – na divisa entre Goiás e Tocantins. Vozes e versos Quilombolas Kalunga que traduzem, expressam e inscrevem valores identitários e a mundividência de sua gente, vinculada profundamente ao seu território. Entre versos e narrativas, buscamos recontar a história dos enfrontamentos, com empoderamento e liberdade, que enformam uma longa tradição da literatura de campo. Para esse processo, dialogamos com a geopoesia Kalunga, em suas variantes da literatura de campo: narrativas, versos, cantos e liminaridades interartes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geopoesia; Corredor da Geopoesia; Goiás-Tocantins; Quilombo Kalunga.

## ABSTRACT

In this work, we propose an appreciation of field literature from the perspective of Geopoetry North-Centralwestern Brazil. As both popular art and a literary theory, our approach engages with cultural performances enacted in ritual processes of religious festivities, cultural gatherings, and academic



encounters. In dialogue with traditional knowledge and practices, we depart from the bodily and vocal expressions found in the Geopoetic Corridor — on the borderlands/passageway between Goiás and Tocantins. These are the Kalunga Quilombola voices and verses that translate, express, and inscribe identity values and the worldview of their people, deeply rooted in their territory. Through verse and narrative, we seek to retell the history of frontier confrontations with empowerment and freedom, shaping a longstanding tradition of popular rural literature. For this process, we engage in dialogue with Kalunga Geopoetry, in its various forms of popular rural literature: narratives, verses, songs, and inter-artistic liminalities.

**KEYWORDS:** Geopoetry; Geopoetic Corridor; Goiás-Tocantins; Kalunga Quilombo.

## 1. CORREDOR DA GEOPOESIA: TRAVESSIA

A geopoesia é uma teoria nascida em Goiás. Seu nome, em percurso etimológico, é formado pela raiz “geo” (do grego *Gaya, Geya*; que significa Terra; planeta Terra) mais a palavra poesia (do latim *poiesis*; que seria, de modo geral, “fazer”). Quando entramos na seara da raizama, movimentando raízes e rizomas do Brasil (Central) a palavra revela sua mais profunda força expressiva: “Geo”, viria do topônimo de origem Tupi “Goyá, Gwaya, Gwayazes”; o termo integra, ainda, a referência aos povos indígenas Jê, habitantes do Cerrado; estabelece um jogo, também, com a nomenclatura para definir o estado “GO” [transliterado oralmente como Gê-ó: “GO-poesia”].

Além das controvérsias que agregam as raízes e rizomas da atribuição de um nome, é certo que essas “terras de dentro” ocuparam, durante muito tempo, o imaginário do colonizador preso à sua visão ultramarina de mundo. Importa ressaltar, também, que o estado, na nomenclatura oficial, se funda como região pertencente à São Paulo e que só no século XVIII adquire autonomia, principalmente a partir de 1748-1749 com a fundação do Arraial de Santana, posteriormente chamado de Vila Boa e, finalmente, de Goyaz — primeira capital do centro do país.

O termo era utilizado em vários referentes cronotópicos: sertão do Guayazes, minas dos Guayazes, ouro dos Guayazes; desdobrimentos dos Guayazes, pessoas dos Guayazes, índios [SIC] dos Guayazes, escravos [SIC] dos Guayazes.

Oficialmente, sempre o colonizador nomeando e se apropriando, é importante destacar, as mudanças nominais-institucionais do período colonial assim se deram: a) Fundação do Arraial de Sant’Ana (Arraial de Santana) em 26 de agosto de 1727. Nesse contexto, Arraial indicava, na colônia, um povoado emergente, apontando para uma rota interiorana que se confundia, ou não, com um



núcleo de mineração e/ou com atividades econômicas, tais como gado ou agricultura. Com Freguesia instituída em 1729, instaura-se uma unidade administrativa eclesiástica que, no contexto colonial, caminha com a parte civil, sob a responsabilidade de um vigário ou pároco. Era, de alguma maneira, o primeiro nível de controle administrativo e espiritual. Somente em 11 de fevereiro de 1736 (Carta Régia) ocorreu a elevação à vila com o nome de Vila Boa de Goyaz e instalação definitiva em 1739. O termo Vila já indicava uma importância institucional, com a subvenção de câmara de vereadores, juiz de fora, autonomia política-administrativa e pelourinho – esse último indicando a presença de pessoas escravizadas e castigadas em praça pública, como era uma das funções do “poste” que recebe o epíteto.

Além de lembrar todas essas mudanças, no que é narrativa de fundação de uma grande porção de terras do país, ao falar de geopoesia quilombola Kalunga, posteriormente, estamos falando desse longo processo invasivo e violento das terras longe do mar (niemar). Também indicamos a condição de passagem (corredor) dessa região e que vai se tornar palco desse grande fluxo diaspórico afro-goiano (e afro-tocantinense) que povoa essas longas áreas e que extrapolam as fronteiras topográficas e oficiais.

Num passado mais recente, ainda apontando esse caráter redefinidor e movente do estado de Goiás, tivemos transformações profundas e estruturais: a) fundação e transferência da Capital do estado, com a denominação de Goiânia (1937); b) parte da terra do estado cedida/invadida para a fundação da primeira Capital instaurada pelo Brasil: Brasília (1960). Lembrando que as outras duas, Bahia e Rio de Janeiro, foram fundadas no litoral e pela etnia lusitana. O mesmo estado *dividiu-se* ao meio para a criação do estado do Tocantins – com o agravante: essa parte deixa de ser Centro-Oeste e passa a pertencer ao Norte do país; daí nossa nomenclatura raizamática: centroeste-norte).

É nesse conjunto de processos fronteiriços e de arranjos coloniais e políticos que o centro, o oeste, e o norte foram se redefinindo nessas terras centrais de brasis liminares. A geopoesia, então, se concentra nesses encontros de tropos e grafias para visitar a região que divide e une os estados. Outrora conhecido como corredor da miséria, mais especificamente, passamos a denominá-lo (teoricamente) como corredor da geopoesia: linha *imaginária* que brota do palavrar do povo que habita o extremo norte do estado de Goiás e, agora, o sudeste do Tocantins e as áreas



compreendidas como terras quilombolas, pertencentes aos Kalunga de Goiás e ao Kalunga do Mimoso (no Tocantins). Segundo Carvalho (2003) tal nomenclatura ligada à imagem de um corredor da miséria foi atribuída para indicar (pejorativamente) os moradores da região que teriam identidade assemelhada à uma suposta identidade baiana, ou seja, que viveriam na ignorância, na preguiça e na pobreza. Note-se como a ideia do corredor ainda agrega elementos preconceituosos e pejorativos que lembram, por exemplo, o termo súcia – que vai dar nome a um tipo de canto e dança.

Geograficamente situada no Brasil de dentro, a região longe do mar, compreende desde o município de Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros, passando por Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Campos Belos até chegar no município de Arraias (e cidades próximas, no Tocantins). Espaço que contempla o desabrochar de uma geopoesia cerratense (como diria Paulo Bertran), voltada para as características desse longo processo de povoamento dos povos originários, de invasão e violência por parte dos povos colonizadores, e de habitação e preservação pelos povos diaspóricos (advindos de diversas partes de África).

Segundo Arbex Jr. e Olic (1996), a ocupação (predatória) da região Centro-Oeste remonta ao século XVII, estando associada à “descoberta” do ouro e de pedras preciosas. Dentre as transformações, a consolidação das estradas, as chamadas rodagens, foram fundamentais para o povoamento da região e para a busca por uma nova identidade:

No século XVIII, a busca do ouro estimulou a ocupação das porções norte, leste e oeste de Goiás. Nessa época, surgiram os primeiros núcleos urbanos, alguns deles ainda existentes, como Goiás, Porangatu, *Niquelândia* e *Cavalcante* (gifo nosso). Como em outras regiões do Centro-Oeste, uma longa fase de estagnação seguiu-se ao surto da exploração aurífera. As atividades praticadas pela rarefeita população regional eram a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Só no século XX, especialmente a partir dos anos 60, a região passou por grandes transformações (...) (ARBEX JR.; OLIC, 1996, p. 47).

Como vimos no excerto acima, a ocupação da região norte deu-se, a princípio, pela rota do ouro, sendo a ocupação da região de Cavalcante, onde está localizado o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, no qual estão abrigadas as comunidades remanescentes quilombolas. Niquelândia também pertence a esse trânsito de minas e pessoas. Pessoas que, tantas décadas depois, seguem responsáveis diretas pela manutenção do patrimônio natural e cultural de toda a



região: os Kalunga, hoje, são os guardiões mais importantes do Cerrado. Sua cultura consciente e de conservação do Bioma mostra o quanto os povos diaspóricos (e originários) pretegem e preservam partes consideráveis do país.

Assim, os ecos da geopoesia do Nordeste goiano, sob as “zonas de influência” de Brasília, Goiânia e Palmas insurge como manifestação artística marginal diante dos cânones sudestinos da história literária e cultural. Essa geopoesia é um grito, silenciado ao longo de muitos anos, uma história pouco escutada, resguardada pelos cerradeiros, e que vem sendo contada pelos geopoetas (contadores e cantadores) e geopoetas (professores e pesquisadores) que co-habitam nesse coração do Brasil.

Nesse contexto, nessa escrita de crítica polifônica, temos uma autora quilombola (Elizeth, Kalunga do Mimoso); uma autora de Campos Belos (Larissa); um autor do Distrito Federal/Ceilândia (Alex) e um autor de Goiânia/Itatiaia (Augusto).

Se, ao longo de muitas décadas, a região fora marcada pelo estigma da pobreza e miséria material, nos últimos anos vemos desabrochar características que conferem a esse espaço uma outra perspectiva de olhar. Desde os pontos turísticos da Chapada dos Veadeiros, até a extensão do Território Quilombola Kalunga – a maior comunidade quilombola do Brasil – a região passou a ressignificar sua história, trazendo um novo olhar para o povo do nordeste goiano e sudeste tocantinense.

Nesse sentido, diante das transformações vivenciadas pela região, o movimento artístico intelectual experienciado nos conecta ao conceito de geopoesia, cunhada pelo professor Augusto Siva Junior:

A geopoesia nasce do encontro de topografias. Geo é a terra, é a seiva, é pau, é pedra no meio caminho. Poesia, aliada à Terra, enraizama-se em tropos e grafias. Topos e escritarias que podem ser reconhecidas em vozes e corpos, mapas e viagens. Sua fonte brota, também, das palavras colhidas entre magmas e niemares – paragens sem mar. Escritarias de um mundo próprio, narradas em outro linguajar. Vocalidades que se desdobram literariamente no símbolo do infinito, num ponto imaginário que liga Goiás, Tocantins, Minas Gerais e Bahia (Silva Junior, 2023, p. 53).

Compreendida como a escrita da terra e da territorialidade, voltada às questões da vocalidade e da corporalidade e suas manifestações culturais, as escritarias dessa territorialidade



resguardam um imaginário peculiar: os saberes e fazeres de um povo que reexiste no limiar dos estados de Goiás, Tocantins, Bahia, “Minas” e “Gerais”.

Uma cultura que brota desses trânsitos e migrações e que, portanto, constitui-se de singularidades. Localizada na região da Área de Proteção Ambiental (APA) Pouso Alto, a entrada do corredor da geopoesia é conhecida por uma rica biodiversidade constituída de um mosaico de unidades de conservação. Ou seja, se por um lado acompanhamos a expansão agropecuária e da monocultura no nordeste goiano, enquanto “fonte de riqueza econômica” e de destruição do Cerrado, por outro lado as comunidades e povos tradicionais que habitam essa região lutam pela própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, tornam o cerrado um campo polifônico – que movimenta um jardim e um conjunto hidrográfico em um grande emaranhado de vidas e preservação das mesmas numa verdadeira sustentabilidade do ser.

Destarte, o povoamento do Distrito Federal e o fenômeno migratório pós-construção de Brasília é um marco para o povoamento desse corredor. Destaque-se que, junto com isso, nas últimas décadas vem ocorrendo uma destruição irreparável do bioma cerrado. Dessa forma, a geopoesia emerge nesse encontro dos tropos, no ponto que separa geograficamente os estados, mas que simbolicamente os conecta pela palavra. É uma teoria-dunúncia em que o encontro de histórias, de escritarias da terra e de “gentes” significa muito. A geopoesia se estabelece num mundo próprio cujo linguajar revela a peculiaridade dessas paragens sem mar, habitadas e resguardadas pelas comunidades de povos tradicionais, povos sertanejos, povos camponeses.

Aliada à terra, a produção poética brota da força de um palavrado singular, regido pela força de verbos e versos espalhados. O geopoeta é aquele que, numa atitude de resistência (decolonial, como dizem), contraria discursos vigentes, entra nos descampados pensamentais, recolhe e reconta as histórias do “ser tão de dentro”.

Para falar desse “um” que se fez “três”, que já foi (de) São Paulo e teve boa parte de Minas surrupiado, o poeta goiano José Godoy Garcia, em sua etnoflânerie pelos brasis liminares (de dentro) pôde conviver e escrever desses enfrontamentos. Pelos rios, rodagens e paragens, traduziu o movimento das vocalidades em sua geo-grafia (SILVA Junior; Marques, 2015). Seguindo o fluxo das águas que banham o estado de Goiás, navegando por seus afluentes, fez da vida simples,



do povo do sertão goiano-tocantinense, a matéria de sua poesia: “a sabedoria do suor derramado firme/ no correr do anos, os negros que sabem/ contar da vida, os velhos que são o sal/ de uma terra que é muda lá no rincão dos Calungas [SIC], mas guarda para o mundo a saga da amizade e do suor (Garcia, 1988, p. 43). Pousos, encontros, folias e movimento. No pulsar do povo o processo de enfrentamento foram revelador pelo geopoeta pilar desses fazeres e saberes traduzidos em livros:

Neste sentido, os caminhos traçados por Godoy Garcia no Cerrado revelam retratos pictóricos do povo cingido a uma paisagem simultaneamente hostil e “solidária”, que é a cena cerratense. Tais imagens permitem-nos contar parte de um longo período de migração para o Centro-Oeste brasileiro, mais decisivo no período de vida e atuação do poeta de Rio do Sono, no século XX. Estas foto-grafias, quando reveladas, apresentam um Brasil central ainda por ser contado e recontado pela palavra poética e pela crítica literária daqui despontada. (SILVA JUNIOR; MEDEIROS, 2018, p. 96).

Na medida em que avança pelo Brasil de dentro, o geopoeta observa e registra as procissões, romarias, folias, festas, danças, rezas, curraleira e demais manifestações populares que dão vida à região e que, por meio de sua escrita pode evidenciar o quanto a pobreza financeira e o desequilíbrio econômico esconderam, durante muitas décadas, a riqueza cultural local. A própria miséria gerada por uma longa tradição de políticos, fazendeiros e grileiros, serviu também para a tentativa de invisibilizar pessoas, grupos, comunidades.

Assim, em etnocaminhadas, Godoy Garcia realizou uma autoafirmação da identidade dos povos que habitam essa região. **CITAR OU DAR EXEMPLOS G. GARCIA**

Em Alto Paraíso, o turismo ecológico aponta para a necessidade manutenção do equilíbrio entre o homem e a terra. Cavalcante, berço da comunidade quilombola Kalunga, resguarda além de suas construções antigas, que remontam ao ciclo do ouro, um patrimônio natural preservado pelas comunidades tradicionais, assim como as cidades de Teresina e Monte Alegre de Goiás, ambas marcadas pela forte influência dessa gente que resguarda as belezas naturais do cerrado.

Campos Belos, já no limiar dos estados – Goiás, Tocantins e Bahia, tem sua cultura fortemente marcada pela influência dos povos dos estados circunvizinhos. Uma cidade na qual entre a forte atividade desenvolvida no centro comercial é comum, nos meses de maio e junho, por exemplo, assistirmos à Folia do Divino. Rompendo as barreiras entre tradição e modernidade, uma



vez que as características do “homm do campo” atravessam a proposta de uma vida urbana, a pequena cidade existe não só culturalmente, mas como pólo educacional (com os IFG e UEG)

Há poucos quilômetros da saída da cidade, caminhando em direção à região norte, está a cidade de Arraias, hoje situada no estado do Tocantins, também berço de comunidades quilombolas as quais têm o rio Paranã como intersecção com as comunidades localizadas no estado de Goiás. Formosa também preserva manifestações culturais, tendo como principais atividades: festa religiosa em setembro, em honra de Nsa Sra das Dores e o Entrudo (Santo Introictus) que advém de séculos passados e que além de preservar o carnaval, tal como ocorria, nos séculos XVII e XVIII, também dialoga com os festejos da Região – realizando uma verdadeira carnavalização cerradeira e norte-centroestina. A uma distância de 120 km da zona urbana do município, está a comunidade quilombola do Mimoso, que assim como a comunidade quilombola Kalunga do estado de Goiás, situa-se entre serras e vãos, característica essa que reforça sua condição de guardiões do território e do patrimônio cultural imaterial. O isolamento também foi uma proteção do bioma: a sustentabilidade do ser, que vive em harmonia com a natureza, gera, justamente, sua preservação. Junto com esse cultivo, além do culto que caminha conjunto, temos uma identidade bem definida nessa fronteira – imposta em 1988, mas que ainda guarda tantos pontos de diálogo nesse imenso espaço de travessia cultural.

Pensando nessas fronteiras, vemos se consolidar, cada vez mais, um “corredor acadêmico e científico”, numa região em que cada vez mais é produzida ciência e pensamento autônomo. Prova dessa movimentação foi a realização do VI Encontro de Pesquisadores dentro da Comunidade Quilombola Kalunga e, mais especificamente, em um dos lugares de mais força simbólica e festiva: o Vão de Almas (Vão das almas).

Em Campos Belos, nos anos 2000 foi inaugurada a sede da Universidade Estadual de Goiás (UEG) que, em sua fundação, além dos cursos regulares de licenciatura de Pedagogia e Letras, em seus primeiros anos ofertou a faculdade parcelada, responsável pela formação superior de um contingente significativo de professores que estavam na ativa e que tinham apenas o magistério. Posteriormente, em 2014, a cidade foi contemplada com um campus do IF Goiano, o qual além de cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio, passou a ofertar também cursos superiores.

Mais alguns quilômetros adiante, a cidade de Arraias, na década de 1990, passou a contar com o campus UNITINS, um grande marco do acesso aos cursos de nível superior em toda a



região. Posteriormente, no início dos anos 2000, por meio de um movimento denominado S.O.S. Unitins um grupo de estudantes luta contra a extinção da universidade pública e fomenta a criação da Universidade Federal do Tocantins. Outrossim, depois de consolidada a criação, em seu movimento de interiorização, a cidade de Arraias fora contemplada com um *campus (campi)*. Vale destacar a importância da Escola Agrícola situada, praticamente, na linha que divide os estados. É imenso o número de egressos dessa instituição ocupando cadeiras de todas as Ifs que vimos destacando no texto.

Esse marco na Educação da região, certamente, contribuíram de forma direta para a renomeação do “corredor da miséria” para “corredor da geopoésia”.

Um pensamento Kalunga, nesse corredor, cada vez mais vem ensinando modos de ver e de fazer, modos de sentir e de outrar que se incorporaram ano a ano no deslocamento entre a Comunidade e Instituições Federais de Ensino Superior – na fronteira, e se espalhando até UFG e UnB com um número cada vez maior de discentes nos cursos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, se o percurso geopoético carrega as marcas do colo colonial, integra-se à mesma procura da liberdade durante séculos. Não utilizamos a nomenclatura lusófona de “escravo fugido”, mas de negros fundadores e habitantes de locais de resistência: é isso que marca essas diásporas dentro da longa diáspora (kalungal). O negro (herdeiro de) de remanescentes carrega uma continuidade da grande travessia do Oceano (também chamado de Kalunga). Os quilombos (e mocambos) foram e são espaços de continuidade e de memória de africanidades e de brasilidades – centroestinidades, goianidades (e tocantinidades).

Confrontando os problemas deixados e fixados pelo invasor luso-europeu, o país ainda não conseguiu extinguir os problemas fixados pelos 388 anos de holocausto (de povos originários e de afros-descendentes – no plural, pois vieram de várias regiões do Continente Africano) e dos últimos 135 anos de uma república (nem sempre democrática).

Destarte, para além da movimentação econômica e financeira que o povoamento, a consolidação das estradas e o avanço tecnológico legaram à região, sem sombra de dúvidas a atividade intelectual da população local tem fomentado um novo olhar para as manifestações culturais vivenciadas no nordeste de Goiás e sudeste do Tocantins – é desse olhar próprio que nasce a escuta geopoética (dos povos da rua).



Destacando a necessidade a maneira peculiar de se contar, e registrar, os causos e narrativas que resguardam a cultura da região, a dissertação de Maria Helena Serafim Rodrigues (Tuia Kalunga) indica caminhos pensamentais muito importantes:

É com meu canto de despedida que saio de casa para o giro dessa história, peço seu agasalho até a despedida de ir embora. Para chegar tive que despedir, e para ir, também tenho que despedir. Peço licença aos donos da casa para fazer meus cantos e girar essa folia. Sendo esta minha função, não estou aqui para escrever uma história qualquer, carrego propósitos de continuar demarcando nossa existência, mulher Kalunga, no território acadêmico. Falo desde o território Kalunga. O Sítio Histórico Kalunga, que é considerado o maior de todo país (Rodrigues; Tuia, 2023; p. 25-26):

*São mais de 230 mil hectares de Cerrado protegido, abrigando cerca de quatro mil pessoas em um território que se estende pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. A área ocupada pela comunidade Kalunga é reconhecida pelo Governo de Goiás, desde 1991, como sítio histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga (Lei Estadual Nº 11.409/1991). E em fevereiro de 2021, o local foi reconhecido pela ONU como o primeiro Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (Ticca) do Brasil (Apud Comunidade Kalunga..., 2021. in Rodrigues; Tuia, 2023, p. 25-26).*

Assim, o que antes fora chamado como “corredor da miséria”, hoje denominamos corredor da geopoesia – lugar habitado por pessoas que fazem essas terras de dentro mais humanas, que lutam ainda contra “anhangueras” e “caiados”, “descobridores” e grileiros – disfarçados de políticos e fazendeiros. A dissertação “Mulheres que são Tuya: histórias de vivebilidade e resistência feminina no quilombo Kalunga” é um dos grandes patrimônios autorais que encontramos hoje. Pleno de geopoesia, esse trabalho é uma voz de luta, resistência e enfrentamento (empoderamento pela consciencia autoral) e fomentar o diálogo entre as pessoas do campo e as pessoas da rua no trânsito entre a literatura de campo e educação do campo.

## 2. OS NARRADORES DA GEOPOESIA KALUNGA

Nesse caminho da voz, chegamos à sussa. Manifestação musical, que é batuque afro-goiano, com elementos sertanejos e capiras. Em seu ritmo peculiar, tem seu jeito de versar e de se expressar no corpo festivo da multidão. Dança predominantemente feminina, que alegre e congrega, um saber-fazer transmitido pelas gerações, é canto de acompanhamento instrumental, predominantemente masculino, entoado nos processos festivos liminares rituais.



Em performance, a junção das vozes e dos corpos nas festividades religiosas ou nos palcos, movimentam o transe, o extravasamento, a expressividade. A sussa tem seu momento no ritual: geralmente acontece após realizadas as orações e ladainhas, mais precisamente após o levantamento do mastro. Assim sendo, música para ser tocada, dançada e cantada num continuum ritualístico. Seus instrumentos são basicamente: a caixa, o pandeiro de couro, a bruaca e a viola – com ocorrências da utilização do prato esmaltado no final **dos anos 90 (Silva Junior; Cadernos de campo, 1999).**

De todas as suas dimensões – performance, música, ritmo, dança – interessa-nos, para esta análise, o conteúdo geopoético dos versos. Ao longo dos anos, participando de romarias e encontros em festivais de cultura, sempre com o ouvido atento, encontramos as seguintes cantigas (populares) de sussa: “eu vou sabiá”, “boi baiano”, “canoeiro, canoeiro”, “pau pereira”, “formiga jiquitaia”, “boi-bai”, “não encosta na parede”, “de agosto a setembro”, dentre outras. É importante salientar que muitas dessas letras são cantadas, com variantes, em Goiás e Tocantins – nem sempre, exclusivamente, em Comunidades Quilombolas.

Um bom exemplo dessas vozes que percorrem os corredores históricos da geopoesia foi Guimarães Rosa ter encontrado uma variante geopoética que, em sua época, foi chamada de “Pulado” – DOIS POR UM:

De agosto pra setembro  
é tempo de ema gemer  
é tempo de quem ama  
de quem ama padecer  
(Rosa, Cadernetas de Campo; Fac-símile, 1952).

A geopoesia se abre para estas manifestações poéticas não-canônicas. Na Comunidade Kalunga, essa variante é assim cantada: “De agosto a setembro”/ tempo tempo de ema cantar” (Silva Junior, Cadernos de Campo, 1999).

Nesse contexto, as cantigas de sussa são abordadas como fenômenos do literário – uma vez que a oralidade e a escrita fazem parte do processo, e a dança atravessa o terreiro – o processo de transcrição, para-além desse espaço, amplia a reverberação do que é cantado, dançado, vivido.



Há dois tipos de geopoetas: aquele que é folião, festeiro, cantador e entoa seus versos, e aquele que ouve, anota, transcreve e traduz os versos – visando escrita, impressão, análise e publicação. Assim sendo, nossa análise de uma canção se apoia em duas abordagens importantes: a primeira, tem o amparo metodológico nas ferramentas de análise literária preconizadas por Antonio Candido (1986), e a segunda se fundamenta no conceito de *vivebilidade* Kalunga, apontada por Maria Helena Serafim Rodrigues (2023; pesquisadora quilombola do território conhecida pelo codinome/apelido Tuia).

Se numa abordagem, Candido (1986) nos orienta a uma análise textual pormenorizada, que busca pela correlação sistemática das partes do texto poético – analisando estrofe, métrica, rima e oração –, para assim realizar a extração dos seus possíveis significados; na outra, construímos nossa análise a partir da escuta em torno do que dizem (e cantam) os atores sociais da comunidade nessa relação entre vivebilidade e geopoesia – na condição de sustentabilidade de ser.

Nas comunidades tradicionais tudo é ensinado oralmente – *bocalmente* (palavra encontrada em quilombos no Oeste do Pará; vide Augusto Silva Junior e Eloísa de Barros 2020). Logo, tudo é aprendido “de ouvido”. Numa ambiência de liberdade, em que todos “podem falar”, o geopoeta (da rua e acadêmico) se desloca para ouvir. Assim, num exercício de escuta sensível, a geopoesia se abre para o que dizem os atores sociais da comunidade em torno dos versos tradicionais, deixando reverberar as diversas vozes de seus ancestrais, da comunidade atual e daqueles que farão parte do futuro.

Essa escuta geopoética caminha na raizama. Entendendo que não podemos apreender a geopoesia Kalunga, afro-goiana-tocantinense em suas camadas mais profundas das “identidades territoriais” como coloca Elizeth Alves (2020), sem ignorarmos o aspecto da *vivebilidade* apontado por Maria Helena Serafim (2023). Essa escuta sensível, presente nos ecos vocais, corporais e performáticos, vão traduzindo aquilo que é movimentado nesse texto trazido (para um artigo da etnoflânerie).

Há saberes que só aqueles que vivem na pele e no cotidiano o que é Ser Kalunga compartilham. Dissertando sobre esse conceito, Serafim (2023) nos comunica que:



Descrever e desenhar o nosso próprio corpo, enquanto um território, é termos consciência de como nos sentimos e como o nosso corpo se relaciona com a “vivebilidade Kalunga” termo este que ainda não existe nos meios intelectuais, mas que para nós é o significado de ser quem somos, onde estamos e como resistimos e existimos. É essa vivebilidade, palavra que criamos para esta dissertação, que nos ajuda a defender nosso território e saber por que ele é importante. Tia Brasda não é apenas a mestra Kalunga, antes de ser mestra, ela é corpo e corpo mulher, a sua imagem social significa e tem significados importantes para toda a comunidade. Se perguntarem na comunidade sobre ela, não vão dizer que ela é uma mulher, mas vão dizer os seus feitos e ensinamentos, uns vão dizer que ela é rezadeira, benzedeira, parteira, outros vão dizer que ela é quem faz os remédios para febre, gripe, dor de barriga, adjetivos não irá faltar, pois o seu corpo é a imagem que lhe representa, e que representa os conhecimentos, saberes e práticas da comunidade (SERAFIM, 2023, p. 56).

Maria Helena Serafim (2023), enquanto pesquisadora quilombola Kalunga, mestra do saber e mestra pela UnB, é enfática ao destacar a primazia de um corpo vinculado a um território e a todo um repertório cultural de saberes e fazeres transmitidos por mestras da comunidade, tal como a Tia Brasda, mencionada em sua escrita: corpo-mulher Kalunga, rezadeira, benzedeira, parteira e tantos outros adjetivos, atribuídos à sua imagem matriarcal, profundamente significativa para a existência da comunidade (SERAFIM, 2023).

Isto posto, entendemos que não existe análise integral dos versos Kalunga sem que haja a escuta ativa em torno do que dizem aqueles que vivem essa geopoesia na voz e no corpo. Nesse sentido, concebemos nesta pesquisa o método de escuta geopoética, que consiste justamente na consideração do que dizem os vários atores sociais do território sobre os possíveis significados dos versos por eles ouvidos e cantados em suas performances culturais. Buscamos a análise literária que parte da escuta atenta, não apenas daqueles ou daquelas considerados como mestres, mas de todos que fazem parte da comunidade e que desejam e podem falar com os povos da rua.

Enquanto ferramenta do *etnoflâneur*, a escuta geopoética é um caminho de análise literária geopoética que transcreve e analisa cantigas que pertencem às expressões da oralidade (cantigas populares, narrativas, versos etc.); operando na transcrição e análise fundamentada naquilo que cantam, dizem, pensam, especulam e “dimagam”. Pensando no que pensa um povo sobre sua arte-palavra, a escuta geopoética vem a ser mais uma ferramenta do *etnoflâneur*. Como propõe Silva Junior (2021):



A geopoesia aproxima o pesquisador da literatura de campo da prática do etnoflâneur. Deslocar anotando, coletando, dialogando, ouvindo, movimentando-se entre performances culturais e artísticas e deslocar-se para estar, observar, anotar e colher a palavra viva do outro (SILVA JUNIOR, 2021, p. 01).

Nesse sentido, o geopoeta é movido por esta orientação da movência, buscando encontros e travessias, vãos e romarias: colhendo “a palavra viva do outro”, assumimos a postura do *etnoflâneur/etnoflâneuse* e nos colocamos como pesquisadores e sujeitos de recepção, de audições em trânsito – que absorvem, assimilam e perscrutam o mundo com base nas vivências, nos repertórios e nas vozes “que de tão longe vem vindo” (BRANDÃO, 2004).

É no diálogo com as pessoas do território Kalunga, oficialmente situada no estado de Goiás (e reconhecidamente, também, no Mimoso do Tocantins) que entendemos que somos o “povo da rua”. E é deste lugar de escuta, de quem se deixa alimentar pela alteridade (BAKHTIN, 2018) dos encontros, que parte e continua a nossa pesquisa.

Em diálogo com a perspectiva da História Oral, assim como Cabreira (2007), importa-nos mais do que perscrutar a realidade que transita. Importa-nos a representação daquilo que homens e mulheres fazem dela, abarcando as representações do Cerrado como paisagem ambiental e cultural. Assim, questionando os mitos da história oficial das elites, buscamos subsídios também na História Oral e também adotamos a entrevista como um dos nossos recursos metodológicos, onde os mestres e mestras são encarados como sujeitos e protagonistas de suas tradições culturais e manifestações poéticas.

Em escala mais ampla, interessa-nos investigar de que maneira essa poesia ou vocalidade, expressa nas performances culturais do povo Kalunga, reafirma cotidianamente a resistência de uma afrogoianidade (e afrotocontinidade), que se constitui num determinado ecossistema/território (Cerrado) – à revelia de tantas violências sofridas nos percursos diaspóricos e na atualidade.

Entender esses trânsitos e enfrontamentos do estado de Goiás e tudo aquilo que ele se transformou e esprou, nos permite operar, de modo prático e simbólico, em um cenário de destruição contínua do Bioma Cerrado, tendo como marco a fundação de Brasília. Entrar em contato



com o povo Kalunga (que são goianos e tocantinenses também) é aproximar-se de um povo que sempre primou pela conservação da natureza.

Dessa forma, a geopoesia Kalunga em sua eficácia simbólica, na percepção da territorialidade que ecoa oralmente e de ouvido, nos permite abordar uma paisagem cultural peculiar, histórias contadas e cantadas pelos narradores. Nos cancioneiros populares, as pessoas cantam e estão nas letras. Ao mesmo tempo, a flora, a fauna, os rios, as serras e os vãos - espaços de liberdade – da região movem-se e atualizam-se em canções antigas que de tão longe vem sendo entoadas.

A cantiga “Canoeiro”, encontrada também no Nordeste do Brasil, é cantada ao pé do mastro nos dias de festejo. Bastante conhecida na região do corredor da geopoesia, nos remete ao fluxo de pessoas e do transporte de cargas pelos rios, de uma cultura alicerçada nos deslocamentos, nos isolamentos:

Canoeiro, canoeiro  
Que que trouxe na canoa  
Trouxe ouro, trouxe prata  
Trouxe muita coisa boa.

Ca/no/ei/ro/, ca/no/**ei**//ro (heptassílabo)  
Que/ que/ trou/xe/ na/ ca/**no**//a (heptassílabo)  
Trou/xe/ ou/ro/, trou/xe/ **pra**//ta (heptassílabo)  
Trou/xe/ mui/ta/ coi/sa/ **boa**//.(heptassílabo)

Quando cantada e dançada como sussa ela amplia modos de fazer e de recriar que os portadores criativos da tradição carregam como missão e resistência. Pensando na forma que faz pensar e sentir, a partir da transcrição e metrificação acima, verificamos que a “cantiga do canoeiro” se estrutura em forma de quadra, estrofe de 4 versos (quadrinha com memória musical).

Entre a oralidade e a escuta, a quadra sempre funcionou como forma de excelência para a memorização e propagação de cantigas. Através da escansão, identificamos que a cantiga possui regularidade métrica, onde os 4 versos da quadra são redondilhas maiores (heptassílabos). Já as rimas, presentes no 2º e no 4º verso refletem o costume nas quadrinhas populares. A partir da análise das últimas sílabas tônicas de cada verso, destacadas em negrito, observamos que não ocorre nenhum caso de elisão em toda a canção. Essa forma, que é tão distante dos manuais



escolares atuais, nos importa porque é ela que faz ecoar tudo aquilo que a performance festiva encena naquilo que chamamos de literatura de campo - esse literário que ensina, que conta a história.

Ao aprofundarmo-nos na investigação dos significados dos aspectos estruturais, é possível constatar que o primeiro verso cumpre a função sintática de um vocativo, com o elemento narrativo-geopoético de um personagem – o canoeiro. Esse condutor da canoa pode ser a gênese de um personagem alguém que pertence ao “povo da rua”; do forasteiro comerciante(?). Mas pode ser também alguém da própria comunidade que faz seus trânsitos e comércios em localidades fora da comunidade.

O segundo verso se abre com a pergunta de um outro personagem: “Que que trouxe na canoa?” Evocando espera, isolamento e comércio, instaura-se aqui a percepção de que essa voz que pergunta é uma voz coletiva, à espreita do que é trazido na canoa. Na sequência, nos versos 3 e 4, o canoeiro prontamente responde: “Trouxe ouro, trouxe prata/Trouxe muita coisa boa”.

Esses versos remontam aos séculos de colonização e de escravização em solo brasileiro: o ouro e a prata são retratos da evasão de divisas levadas para Portugal, Ibéria e Europa que, de modo geral, agora são rememorados pela Comunidade. Além dos metais, símbolo de prosperidade, “muita coisa boa” indica coisas (comercializadas) de fora da comunidade e que num outro momento seriam divisas roubadas da Colônia. Assim, há uma inversão sério-paródica quando essa cantiga é cantada na Comunidade, pois seria, agora o canoeiro levando ouro e prata e coisas boas que foram tiradas do Brasil durante todo o período de colonização.

A canoa é sempre tema de verso. Numa disputa, na Romaria do Divino de 1999, os foliões entoaram a seguinte quadra:

Coisa bom é reme dum’a canô  
Ê coisa bom é reme dum’a canô  
Junta cum Deus cumpadi  
Qu’essa canoa num virô  
(Silva Junior; Caderno de campo, 1999).

Os canoeiros nas narrativas orais da comunidade Kalunga evidenciam a emergência de sentidos múltiplos, *enraizados* em experiências de vida, memória, território e ancestralidade. A performance da sussa, enquanto manifestação artística e ritual, encarna não apenas a musicalidade



e o ritmo do povo Kalunga, mas inscreve, em suas vocalidades, uma cosmovisão de mundo que a articula na paisagem cultural profundamente vinculada ao território, à ancestralidade e práticas cotidianas no Cerrado.

Nesse processo de audição afetiva e afetada – a escuta geopoética –, propomos uma abordagem de análise literária sensível às oralituras e aos modos de dizer dos povos tradicionais. Essa escuta, que se ancora no corpo, na coletividade e no bioma do território, nos aproxima de uma compreensão mais ampla e densa da poesia cantada, que se revela não apenas como arte palavral, mas como tecnologia de memória, identidade e continuidade cultural.

Assim, compreendemos que a arte popular produzida a partir de experiências, no corredor da geopoesia, não pode ser pensada apenas pelos filtros da crítica textual tradicional, mas através da escuta, da vivebilidade e do compartilhado. É a partir desse viés que essa tradução se efetiva em artigo.

Na realização histórica de uma grande localidade que aproxima o que hoje são denominados (e demarcados) como estados da Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Goiás e as Comunidades Quilombolas Kalunga, apontam para uma imensa e constante migração. Ao mesmo tempo, essa consolidação de quilombos que se deu nessa geolocalidade permanece na divisa entre os estados. Se oficialmente esses espaços oficiais são chamados de fronteiras, a arte, a geopoesia, a cultura partilhada entre os Kalunga do Mimoso e de Goiás – tudo aponta para uma busca de liberdade e autonomia. Aqueles que se “aquilombaram” tiveram “muita coragem” (no sentido riobaldiano do termo) e continuam ensinando quem pode ouvir.

No festejo, no canto, na dança, no Encontro de Pesquisadores, sentires e pensares se movem com tudo aquilo que ele tem de material, imaterial e cultural. No cerne da literatura de campo está o maior gesto da etnoflânerie: deslocar-se para sentir no corpo, ouvir as pessoas, anotar e voltar para contar, escrever, comunicar.

A geopoesia constitui-se, assim, como prática, teoria e busca: a arte do encontro nas distâncias, o sentimento do mundo sendo solução com ou sem rima, move o geopoeta para ouvir o outro. Cada presença (que demigra), em voz ou escrita, revela na relação profunda com a terra e



com a palavra, uma busca pela melhora e transformação dos seres humanos que se oferecem pelos ouvidos de ouvir versos, narrativas, canções.

Como método e sensibilidade e como um modo de aproximação, que respeita as epistemologias dos povos do Cerrado, valorizando os saberes corporificados e comunitários que fazem da sussa Kalunga uma geopoesia viva e ancestral. Como quem deseja ouvir é que esses percursos se inscreveram e se escreveram nesse processo.

Em confronto com tudo aquilo que *genocidamente* fez e faz calar, a geopoesia expande as fronteiras de *niemar* e deseja que todos possam falar. Dessa geopoesia para escutas e olhares sensíveis colhemos a verdade, a vida, a palavra que se fez e se faz niemar – tão longe do mar (utilizado pelo colonizador). Então, chega o dia e recomeçamos: lutamos com as palavras para apreender geopoesia. Todo dia fazer, da voz, uma canção e seguir caminhando e cantando por músicas de morar, por palavras de transitar pelo corredores, vãos e veredas da geopoesia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Elizeth da Costa; ALMEIDA, Maria Geralda; SILVA JUNIOR, Augusto. Geopoesia e território: a constituição das identidades Kalunga em Mimoso – TO. Revista Geonordeste; v. 1. 2020. p. 93-110.

ALVES, Elizeth da Costa; ALMEIDA, Maria Geralda. Identidade Territorial e Performance no Sudeste Tocantinense: Comunidade Kalunga do Mimoso. I Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo. v. 01. 2017.

ALVES, Elizeth da Costa; ALMEIDA, Maria Geralda; SILVA JUNIOR, Augusto. Identidades territoriais Kalunga da/na Comunidade Quilombola do Mimoso, em Tocantins. PRACS: REVISTA ELETRÔNICA DE HUMANIDADES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAP, v. 13, p. 121-130, 2020.

ALVES, Elizeth da Costa. Performances e identidades do ser Kalunga no Território Quilombola Mimoso em Tocantins. Doutorado em Geografia. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2020.

ALVES, Elizeth da Costa; ALMEIDA, Maria Geralda. Território Kalunga do Mimoso: identidades no contexto das narrativas e da Folia de Reis. Encontro Nacional da ANPEGE, v. 01. 2017.

ARBEX JUNIOR., José; OLIC, Nelson Bacic. Rumo ao Centro-Oeste: o Brasil em regiões. São



Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

CABRERA, Olga; ARAÚJO, Alexandre Martins de. Comunidade negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios. Goiânia: CECAB, 2007.

CANDIDO, Antonio. Na Sala de Aula: Caderno de Análise Literária. São Paulo: ed. Ática. 1986.

GARCIA, José Godoy. Araguaia Mansidão. Goiânia: Editora Oriente, 1972.

GARCIA, José Godoy. Os dinossauros dos sete mares. Brasília: Thesaurus, 1988.

HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

KARASCH, Mary C. Centro-africanos no Brasil Central de 1780 a 1835. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). Diáspora negra no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 117–149.

MARTINS, Leda Maria. Performances da Oralitura: corpo, lugar da memória. UFMG. 2003.

RODRIGUES, Maria Helena Serafim. Mulheres que são Tuia: lutas e resistências Kalunga na comunidade Tinguizal-GO. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Mestrado profissional de desenvolvimento sustentável junto a povos e territórios tradicionais. UnB. 2023.

ROSA, Guimarães. A boiada [Cadernetas de campo]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011; 1952. p. 14; p. 182.

SILVA JUNIOR, Augusto Rodrigues. Centroestinidades e geopoesia: casa de morar Niemar é a poesia. In: A. C. M. de Medeiros; K. Leite; L. C. Gandara; A. R. Silva junior (Orgs.). Os parceiros de Águas Lindas: ensino de literatura pelas letras de Goiás. 1ed. Goiânia: R&F Editora, 2018a, v. 1, p. 53-80.

SILVA JUNIOR., A. R. Editorial. Cultura popular, oralidade e performance. Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura (Poslit/UnB). V. 22, n. 35, 2013. p. 7-10. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/10934/pdf2>.

SILVA JUNIOR, A. R. Festejo quilombola: o Kalunga, o divino, o verso. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, SALVADOR. BIBLIOTECA – ENECULT 2008, 2008.

SILVA JUNIOR, Augusto Rodrigues da. Geopoesia e Literatura de Campo Centroestina: Etnoflâneries por Goiás e Brasília. Programa de Pós-doutorado. USP. São Paulo, 2021.



SILVA JUNIOR, A. Rodrigues. Geopoesia e Literatura de Campo no Cerrado: José Godoy Garcia e outros niemares. *Dinâmicas Territoriais e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Kelps, 2018b. v.1 p. 326-330.

SILVA JUNIOR, Augusto Rodrigues; MARQUES, Geórgia C. Godoy Garcia e Niemar: um canto geral centroestino. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*. v. 5, p. 232-248, 2015.

SILVA JUNIOR, Augusto Rodrigues; BARROS, Eloisa Amorim de. Raizamas do Brasil: benzeções amazônidas no oeste do Pará. *MARTIUS-STADEN-JAHRBURCH*, v. 63, p. 176-188, 2020.

SILVA JUNIOR, A. R.; A. C. M. MEDEIROS. José Godoy Garcia e a poética preta-e-branca: imagens cotidianas de um realismo afro-goiano. *Três Lagoas: Guavira Letras – Revista do programa de mestrado e doutorado em Letras da UFMS*. n. 18, jan.-jul. 2014. p. 53-69. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/52/37>.



## **SOBRE A AUTORIA**

### **Augusto Rodrigues da Silva JUNIOR**

Augusto Rodrigues da Silva Junior (Niemar) nasceu no Itatiaia – cidade-satélite de Goiânia. No Brasil, é considerado branco, mas, tendo visitado o Continente Europeu (com Bolsa de estudos durante o 2º governo Lula) descobriu na pele que não é considerado branco por lá. Professor Associado III de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília. Docente nos Programas de Pós-graduação em Literatura - POSLIT/UnB e em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas - PPGLA/UEA. Pós-doutorado em Literatura na USP e na UMinho. Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado e Graduação em Literatura pela Universidade Federal de Goiás. A geopoesia é uma teoria militante: foi criada no/do Cerrado. Pratica uma educação anti-racista; esteve na Comunidade Quilombola Kalunga em 1999. Participou do salvamento de uma língua indígena – o Kanoê (1997-1998) e tem acompanhado indígenas (originários urbanizados) no Acampamento Terra Livre (ATL). Publicou vários livros literários, todos centroestinos: *Niemar* (2008); *Onde as ruas não têm nome* (2010); *Poemas da rua do fogo* (2019) e *PT – Poesia dos trabalhadores* (2022). Tem, ainda, o infantojuvenil *Joãozinho e o pé-de-pequi* (2017).

### **Elizeth da Costa ALVES**

Elizeth da Costa Alves, negra, é natural de Arraias – Tocantins e pertence à Comunidade Quilombola Rural Kalunga do Mimoso – TO. Atua como professora de Português e Libras, no Instituto Federal do Tocantins



JUNIOR, A. R. S.; ALVES, E. C.; BELTRÃO, L. C.; MELO, A. C.

GOIÁS E TOCANTINS NO CORREDOR DA GEOPOESIA: LITERATURA DE CAMPO  
QUILOMBOLA KALUNGA

| Dossiê

(IFTO). É mestra em Letras (PUC- Goiás) e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Milita em defesa dos direitos das comunidades quilombolas e das pessoas com necessidades específicas. Desenvolvi o conceito de “Narrador da geopoesia quilombola” em diálogo com os “contadores de histórias do Mimoso”.

### **Larissa Cardoso BELTRÃO**

Larissa Cardoso Beltrão é natural de Campos Belos – Goiás, parda, professora da educação básica na Secretaria de Educação de Goiás e do Tocantins. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Milita há muitos anos por uma educação pública de qualidade – em Campos Belos e Arraias. Atuo, ainda, como Agente regional da CRE de Campos Belos – Goiás na PNEERQ (Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola). Na minha Tese desenvolvo o conceito de “Corredor da geopoesia” – na fronteira entre Goiás e Tocantins, denominada outrora de “Corredor da miséria”.

### **Alex Canuto de MELO**

Alex Canuto de Melo é ceilandense, pardo, professor de educação básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Concluiu Graduação em Letras – Português pela Universidade de Brasília, UnB. Mestrando em Literatura, Universidade de Brasília, UnB. É filiado ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal e milita pela educação. No campo da arte milita como cordelista e poeta. Publicou vários cordéis centroestinos e o livro de poesia intitulado Truvisco de horas. Como pensador da geopoesia, tenho desenvolvido o conceito de “escuta geopoética”.

*Submissão: 31 de julho de 2025*

*Avaliações concluídas: 21 de agosto de 2025*

*Aprovação: 26 de agosto de 2025*

### **COMO CITAR ESTE ARTIGO?**



JUNIOR, A. R. S.; ALVES, E. C.; BELTRÃO, L. C.; MELO, A. C.

GOIÁS E TOCANTINS NO CORREDOR DA GEOPOESIA: LITERATURA DE CAMPO QUILOMBOLA KALUNGA

| Dossiê

RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, Augusto; DA COSTA ALVES, Elizeth; CARDOSO BELTRÃO, Larissa; CANUTO DE MELO, Alex. GOIÁS E TOCANTINS NO CORREDOR DA GEOPOESIA: LITERATURA DE CAMPO QUILOMBOLA KALUNGA. Revista Temporis(ação): periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-22, .ago/dez., 2025. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >